

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

# ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL

## Tipo 2 – VERDE



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## Língua Portuguesa

### 1

Na “Apresentação” do livro *A Origem Curiosa das palavras*, o autor Márcio Bueno escreve o seguinte:

“Alguém já disse que todo homem é um animal etimologista, o que significa que as pessoas apresentam um interesse natural por conhecer a origem das palavras que usam no cotidiano. Na verdade, o homem sempre se interessou pelas origens de uma maneira geral, incluindo a da humanidade e a do Universo. Essa é a razão do surgimento dos mitos de origem, presentes em todas as civilizações, das que nem sequer dominam a escrita às mais avançadas tecnologicamente”.

Sobre esse texto, é correto afirmar que:

- (A) a expressão inicial “Alguém já disse” mostra a tentativa argumentativa de atribuir autoridade ao texto;
- (B) o termo “Na verdade” corrige uma informação equivocada que está presente no primeiro período;
- (C) o segundo período do texto confirma as palavras iniciais do texto, ampliando as informações já fornecidas;
- (D) o último período do texto mostra uma conclusão retirada dos dois períodos anteriores;
- (E) as informações finais do texto contrariam as que são dadas no primeiro período.

#### Texto 1

Um dicionário de cultos afro-brasileiros termina sua apresentação do seguinte modo:

“Nenhum dicionário, seja o mais exaustivo, poderá dar conta de todo um sistema de significação: em primeiro lugar, porque os sistemas de significação não são estáticos; em segundo lugar, porque estes, e principalmente os sistemas religiosos, se fazem mais de regras, isto é, de gramáticas, que de vocabulários; em terceiro lugar, porque nem todos os elementos significativos dos sistemas simbólicos se encontram cobertos por termos que os denotem e, finalmente, porque os significados apreendidos pelos dicionários são apenas pontos de referência para se atingir significados constantemente variáveis com os contextos em que os sistemas de significação encontram existência concreta”. (Olga Gudolle Cacciatore, *Dicionário de cultos afro-brasileiros*, p. 11)

### 2

Sobre a estruturação e significação do texto 1, é correto afirmar que:

- (A) são apresentadas três razões em função das quais os dicionários apresentam deficiências;
- (B) a publicação do dicionário contraria a primeira afirmação do texto de que nenhum dicionário dá conta de todo um sistema de significação;
- (C) como os sistemas de significação não são estáticos, a publicação de um dicionário leva à mudança de significados de algumas palavras;
- (D) alguns dicionários, como os dos sistemas religiosos, enfrentam maiores problemas porque devem cobrir mais vocabulário que gramáticas;
- (E) um dicionário é, por definição, uma obra deficiente, pois retrata somente um estado momentâneo de algo em permanente mudança.

### 3

“...os significados apreendidos pelos dicionários são apenas pontos de referência para se atingir significados constantemente variáveis com os contextos em que os sistemas de significação encontram existência concreta” (texto 1).

Deduz-se desse segmento do texto 1 que:

- (A) os dicionários procuram indicar referências que podem auxiliar na apreensão dos diversos significados nos contextos;
- (B) os significados das palavras são abstrações, que nunca encontram existência concreta, em função da diversidade de contextos;
- (C) é a existência concreta dos sistemas de significação que se encontra presente nos melhores dicionários;
- (D) como os significados das palavras estão em permanente mudança, os dicionários só podem indicar previsões para os futuros significados;
- (E) todos os significados das palavras encontram-se presentes nos dicionários elaborados por equipes competentes de lexicógrafos.

#### Texto 2

No livro “Viagens de Gulliver”, do grande romancista inglês Jonathan Swift, sobre um dos locais visitados pelo personagem, aparece o seguinte texto:

“Passamos então a outra parte da Academia que se destinava mais às pesquisas especulativas, e onde fomos encontrar três profissionais reunidos discutindo sobre o melhoramento da língua. O primeiro projeto consistia em abreviar o discurso, reduzindo os polissílabos a monossílabos, deixando de lado os verbos e participípios, uma vez que todas as coisas imagináveis não passam de substantivos”.

### 4

“Pesquisas especulativas”(texto 2) são as que:

- (A) se preocupam especialmente com a língua;
- (B) se referem a temas religiosos ou místicos;
- (C) tratam de problemas futuros;
- (D) se dedicam a investigações teóricas;
- (E) abordam situações da realidade concreta.

### 5

“O primeiro projeto consistia em abreviar o discurso, reduzindo os polissílabos a monossílabos, deixando de lado os verbos e participípios,...”

É um exemplo desse primeiro projeto (texto 2) o uso de:

- (A) *tá* por *está*;
- (B) *BB* por *Banco do Brasil*;
- (C) *fim* por *final*;
- (D) *bike* por *bicicleta*;
- (E) *tom* por *tonalidade*.

## 6

Ernest Hemingway, o grande escritor norte-americano, escreveu certa vez que “A cesta de papéis é o primeiro móvel na casa de um escritor”.

Com essa frase, o escritor se refere a uma característica da arte de escrever que está expressa também na seguinte frase de outro escritor:

- (A) “Aprende a escrever bem ou a não escrever de jeito nenhum”;
- (B) “A arte de escrever é a arte de sentar-se numa cadeira”;
- (C) “O que se lê sem esforço foi escrito com muitas dificuldades”;
- (D) “Para escrever bem deve haver uma facilidade natural”;
- (E) “Ainda que seja um intelectual das letras, não deveis supor que eu não tenha tentado ganhar a vida honestamente”.

## Texto 3

Numa das crônicas de Luis Fernando Verissimo, o cronista aborda um problema de comunicação por meio da língua:

Visita a Praga. Todo turista viaja acompanhado pela danação de Babel. Falar português bem alto e bem explicado não funciona, e o inglês é uma língua universal só até certo ponto. Nunca sentimos tanto a falta de uma língua comum como numa visita que fizemos a Praga, há alguns anos”.

## 7

O termo “danação de Babel” (texto 3) se refere:

- (A) à diversidade de línguas no mundo;
- (B) ao desconhecimento de outros idiomas;
- (C) ao fato de cada um só conhecer bem a própria língua;
- (D) à falta de uma língua universal, como o esperanto;
- (E) à ausência de sons comuns nos vários idiomas.

## 8

Ao dizer que “o inglês é uma língua universal só até certo ponto”, o cronista (texto 3) quer dizer que o inglês:

- (A) é o idioma de maior alcance universal;
- (B) não é igualmente conhecido em todos os países;
- (C) limita sua área de atuação às Américas;
- (D) sofre limitações nos países não democráticos;
- (E) restringe suas palavras às realidades ocidentais.

## 9

O segmento textual abaixo que deve ser classificado predominantemente como dissertativo-argumentativo é:

- (A) “A cozinha feliz, que consiste no casamento de produtos naturais, um com o outro, é a antítese da cozinha feita para impressionar”;
- (B) “Restaurante sofisticado: aquele que serve comida fria de propósito”;
- (C) “Aprendi que esparramar as ervilhas no prato dá a impressão de que você comeu mais e, por isso, eu as esparramei”;
- (D) “Eu cozinheiro com vinho, às vezes até mesmo acrescento comida a ele”;
- (E) “A comida era belíssima: folhas verdes com cenouras amarelas, cercadas de carne vermelha e pimentão verde”.

## 10

Millôr Fernandes reescreveu uma série de ditados populares em linguagem culta, como o exemplo a seguir:

*De grão em grão a galinha enche o papo* / De unidade de cereal em unidade de cereal, a ave de crista carnuda e asas curtas e largas da família das galináceas abarrotou a bolsa que existe nessa espécie por uma dilatação do esôfago e na qual os alimentos permanecem antes de passarem à moela.

Comparando as duas formas, pode-se inferir que a única característica que está ausente da língua culta é:

- (A) a presença de retomadas e sequenciações de elementos textuais;
- (B) a preocupação com a organização e precisão de significados;
- (C) a predominância de vocábulos de significação específica em lugar de vocábulos de conteúdo geral;
- (D) as repetições de mesmas estruturas a fim de reafirmar a mensagem veiculada;
- (E) o emprego de pontuação com base em critérios gramaticais.

## 11

Max Jacob escreveu certa vez que “O bom gosto de um escritor se conhece pela importância de suas correções”.

Nesse caso, escrever bem corresponde à seguinte definição:

- (A) escrever de forma adequada à gramática;
- (B) escrever de forma culta e elaborada;
- (C) escrever como forma visual de bem pensar;
- (D) escrever de forma adequada à situação;
- (E) escrever de forma simples e clara.

## 12

Observe o seguinte diálogo em um texto de Millôr Fernandes.

— *Maria, ponha isso lá fora em qualquer parte.*

— *Junto com as outras?*

— *Não ponha junto com as outras, não. Senão pode vir alguém e fazer qualquer coisa com elas. Ponha no lugar do outro dia.*

— *Sim, senhora.*

Esse texto é intencionalmente impreciso e pouco claro. A estratégia de produção de imprecisão só NÃO está corretamente identificada em:

- (A) emprego de pronomes sem indicação da situação: *ponha isso lá fora em qualquer parte*;
- (B) emprego de termos sem identificação anterior: *ponha isso lá fora em qualquer parte*;
- (C) ausência de coesão com termos já expressos: *Junto com as outras?*;
- (D) emprego de pronomes indefinidos substantivos: *Senão pode vir alguém...*;
- (E) emprego de palavras gerais, sem esclarecimentos: *fazer qualquer coisa com elas*.

**13**

Uma das marcas de um texto é a sua coerência, que tanto pode ser a do mundo lógico como a do mundo textual: a frase abaixo que é marcada pela coerência é:

- (A) O turista se afogou na praia de Copacabana e foi retirado da água desacordado;
- (B) O estudante estrangeiro fez o curso de Direito no Rio até se tornar conhecido na área;
- (C) O ministro explicou ontem, um mês após seu afastamento, as razões de sua demissão;
- (D) Nenhum morador morreu em função do desabamento, exceto o morador do andar térreo;
- (E) Ao contrário do que disse a imprensa, o candidato não foi reprovado, mas sim aprovado em lugar de destaque.

**14**

“Ler muito não leva necessária e mecanicamente a escrever bem (...). A atitude de ler é a metonímia da vontade de entender o mundo. A atitude de escrever é a metonímia da pretensão legítima e transcendente de transformar o mundo”. (Gustavo Bernardo)

Nesse caso, o mundo da leitura e da escrita se diferenciam, respectivamente, pelas seguintes posições:

- (A) compreensão / mudança;
- (B) contemplação / transformação;
- (C) entendimento / pretensão;
- (D) observação / modificação;
- (E) conhecimento / politização.

**15**

Abaixo aparecem indicados tipos diversos de textos; entre eles, o tipo que apresenta um modelo adequado é:

- (A) tipo informativo: livros escolares;
- (B) tipo normativo: regulamentos de prédios;
- (C) tipo publicitário: bulas de remédios;
- (D) tipo didático: requerimentos;
- (E) tipo instrucional: orações religiosas.

**Texto 4**

Observe o trecho retirado do livro *A vida íntima das frases*, de Deonísio da Silva.

A ocasião faz o ladrão. Frase com certa sutileza malvada embutida. Dá conta implicitamente de que, havendo ocasião, surge inevitavelmente o ladrão. Diversos códigos penais basearam-se em tão triste concepção do gênero humano para vazar seus artigos. Segundo tal hipótese, o que garante não haver ladrões é um eficiente sistema de punição.

**16**

Sobre a estruturação do texto 4, a única afirmação inadequada é:

- (A) *A ocasião faz o ladrão* – indicação da frase que gera os comentários realizados na continuidade da frase;
- (B) *Frase com certa sutileza malvada embutida* – segmento opinativo, de responsabilidade do autor do livro;
- (C) *Dá conta implicitamente de que, havendo ocasião, surge inevitavelmente o ladrão* – inferência retirada dos segmentos anteriores;
- (D) *Diversos códigos penais basearam-se em tão triste concepção do gênero humano* – ampliação da informação do texto por meio da análise da frase motivadora;
- (E) *Segundo tal hipótese* – a hipótese referida é a de haver diversos códigos apoiados na concepção aludida.

**17**

“Frase com certa sutileza malvada embutida. Dá conta implicitamente de que, havendo ocasião, surge inevitavelmente o ladrão”.

Nesse segmento do texto 4, há uma forma reduzida de gerúndio, que equivale explicitamente a:

- (A) já que há ocasião;
- (B) quando há ocasião;
- (C) se houver ocasião;
- (D) embora haja ocasião;
- (E) conforme haja ocasião.

**18**

Numa outra frase analisada no livro *A vida íntima das frases*, de Deonísio da Silva, aparece a introdução a seguir.

A preço de banana. A expressão remonta a um tempo em que a banana dispensava maiores cuidados e integrava aquelas frutas já existentes no Brasil antes do descobrimento, não sendo sequer necessário plantá-la para que desse frutos”.

Um texto é construído com muitas reiterações de seus termos; as formas de reiteração são variadas. Considerando o fragmento do texto acima, indique a identificação da forma de reiteração de modo inadequado:

- (A) reiteração de forma idêntica: *em que a banana dispensava maiores cuidados*;
- (B) reiteração por termo definidor: *A expressão remonta a um tempo*;
- (C) reiteração por substituição: *integrava aquelas frutas já existentes no Brasil*;
- (D) reiteração por emprego de pronomes: *a um tempo em que a banana dispensava maiores cuidados*;
- (E) reiteração com elipse de um termo anterior: *para que desse frutos*.

**19**

“Frequentemente, entre nossos motivos de ação há um mais forte que os demais: é aquele que não é declarado nunca”.

Nessa frase, o termo sublinhado é repetido por um conjunto de outros termos, que são:

- (A) os demais / aquele / que [não é declarado];
- (B) aquele / que [os demais] / que [não é declarado];
- (C) um / os demais / aquele / que [não é declarado];
- (D) um / que [os demais] / aquele / que [não é declarado];
- (E) um / que [os demais] / os demais / aquele / que [não é declarado].

**20**

Observe o raciocínio a seguir.

O médico recomendou-me este xarope. Vou ficar bom logo.

Sempre que passamos de uma premissa diretamente a uma conclusão, assumimos como verdadeira uma ideia intermediária.

A ideia intermediária desse raciocínio é:

- (A) o médico é bastante competente;
- (B) o xarope é um medicamento tradicional;
- (C) o xarope vai ser tomado na dosagem certa;
- (D) o exame foi demorado e metucioso;
- (E) o remédio é de criação recente.

**21**

Na frase “Ele sempre preocupou-se em comprar o mais barato, mas seus irmãos nem sempre fizeram isso”, o verbo *fazer* substitui toda uma oração.

A frase abaixo em que ocorre o mesmo é:

- (A) O árbitro marcou corretamente todas as faltas, mas o bandeirinha fez o contrário;
- (B) Enquanto o professor copiava o exercício no quadro, os alunos faziam os exercícios no caderno;
- (C) Nem todos os policiais fazem as mesmas coisas todos os dias;
- (D) Quando os carros deram a partida, os mecânicos faziam outras tarefas;
- (E) Enquanto a lua iluminava o terreno, a empregada fazia as velas iluminarem a sala.

**22**

As fábulas são textos narrativos que, geralmente, mostram animais humanizados e são acompanhados de uma moral, um ensinamento para os seres humanos.

Esses textos NÃO são situados cronologicamente porque:

- (A) não é conhecido o momento de sua ocorrência;
- (B) esse dado não é importante para o entendimento;
- (C) os fatos são totalmente inverossímeis;
- (D) são obras muito antigas cuja datação é difícil;
- (E) a mensagem do texto é atemporal.

**23**

A frase em que NÃO há nenhum termo elidido é:

- (A) Ela trabalha muito, mas eu, não;
- (B) Nem todos sabem o valor que têm;
- (C) Um amigo é a pessoa que ama as mesmas coisas que você;
- (D) O importante não é o dinheiro, mas como gastá-lo;
- (E) Os impostos trazem despesas excessivas para o povo.

**24**

Alguns termos de um texto são explicitados por termos posteriores (catáforas) e não por termos anteriores, como nas anáforas.

A frase abaixo que tem um exemplo de catáfora é:

- (A) Ele é um grande craque, esse tal de João;
- (B) Encontrei o deputado numa festa, mas nunca mais o vi;
- (C) Comprei o novo computador no Mercado Livre;
- (D) As frutas e os legumes eu trouxe, mas o restante, não;
- (E) Os meus vizinhos sempre me auxiliam nas tarefas.

**25**

“No programa ‘O Brasil visto do alto’ só se observam as belezas do país”. Nesse pequeno texto há uma referência a uma marca dos textos descritivos que é:

- (A) a impossibilidade de descrever todos os dados do real;
- (B) a necessidade de só se descreverem alguns dos dados do que é observado;
- (C) o desejo de se descreverem somente os dados esteticamente positivos;
- (D) a limitação da posição do observador que o torna incapaz de descrever todos os dados do que observa;
- (E) a dificuldade de o observador descrever dados que ele desconhece.

**26**

Observe o seguinte texto descritivo a seguir.

“A casa estava situada em centro de terreno; era bastante grande, com duas salas, quatro quartos, dois banheiros e um pequeno quintal. O piso de todos os cômodos era de cerâmica cinzenta e cada um deles possuía uma iluminação diferente”.

Nesse caso, a estratégia discursiva parte:

- (A) de longe para perto;
- (B) de cima para baixo;
- (C) das partes para o todo;
- (D) de baixo para cima;
- (E) do todo para as partes.

**27**

“No meio do terreno, as abelhas zumbiam debaixo de uma árvore”.

Nessa frase há uma relação direta entre o verbo *zumbir* e o som produzido pelas abelhas; o exemplo abaixo em que o som representado pelo verbo NÃO está adequado ao substantivo indicado é:

- (A) tilintar / moedas;
- (B) farfalhar / folhas pisadas;
- (C) estalar / as juntas do corpo;
- (D) zurrar / os burros;
- (E) crepitar / os galhos quebrados.

**28**

Todos os jogadores são elegantes

Eduardinho é jogador

Eduardinho é elegante

O texto acima é um exemplo de silogismo que apresenta uma falha estrutural, que é:

- (A) ocorre uma relação de causa e efeito defeituosa;
- (B) é feita uma simplificação exagerada;
- (C) estabelece-se uma falsa analogia;
- (D) a premissa inicial não é verdadeira;
- (E) a conclusão não é fundamentada nas premissas.

**29**

“Observei a paisagem da janela, que se estendia por largo espaço e brilhava sob o sol. Verifiquei que a falta de chuvas havia feito estragos e que seria necessário irrigação urgente, mas abandonei a reflexão quando me chamaram ao portão”.

Como a narrativa é marcada por uma sucessão cronológica de fatos, uma sequência de tempos verbais que mostra essa sucessão é:

- (A) observei / estendia / brilhava;
- (B) estendia / brilhava / havia feito;
- (C) verifiquei / havia feito / abandonei;
- (D) verifiquei / havia feito / seria necessário;
- (E) observei / verifiquei / abandonei.

**30**

Uma das formas de indicar-se a coesão num texto é a utilização de formas de paralelismo em sua construção; a frase abaixo que mostra paralelismo em sua estruturação é:

- (A) Construir um prédio e alugá-lo não são exemplos de investimento social;
- (B) Pão na padaria, água no copo e leite na geladeira não alimentam;
- (C) Quanto mais difícil é ler um cardápio, mais altos são os preços;
- (D) A trufa dá uma espécie de auréola, que leva o gastrônomo ao êxtase... É o Mozart dos cogumelos;
- (E) Comida pesada é malfeita ou desconsidera os saberes e técnicas afro-indígenas no preparo.

**Raciocínio Lógico Matemático****31**

Em uma rua retilínea há 20 postes espaçados igualmente entre si. A distância entre dois postes quaisquer consecutivos é de 15 metros.

A distância entre o terceiro poste e o décimo sétimo poste é:

- (A) 225 metros;
- (B) 210 metros;
- (C) 195 metros;
- (D) 180 metros;
- (E) 165 metros.

**32**

Carlos pagou uma conta atrasada com 5% de juros, no total de R\$ 378,00.

Se tivesse pagado a conta em dia, sem os juros, o valor que Carlos pagaria é:

- (A) R\$ 356,40;
- (B) R\$ 359,10;
- (C) R\$ 360,00;
- (D) R\$ 360,40;
- (E) R\$ 362,00.

**33**

Dois quilos de A mais um quilo de B custam R\$ 7,40.

Três quilos de B mais um quilo de A custam R\$ 11,70.

Pode-se concluir que um quilo de A mais um quilo de B custam:

- (A) R\$ 5,30;
- (B) R\$ 5,60;
- (C) R\$ 5,75;
- (D) R\$ 5,90;
- (E) R\$ 6,10.

**34**

Considere a sentença: “Se não estou cansado, então vejo televisão ou vou ao cinema”.

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Se estou cansado, então não vejo televisão e não vou ao cinema;
- (B) Se estou cansado, então vejo televisão ou vou ao cinema;
- (C) Se não vejo televisão e não vou ao cinema, então estou cansado;
- (D) Não estou cansado e não vejo televisão e não vou ao cinema;
- (E) Estou cansado ou vejo televisão ou vou ao cinema.



**35**

Considere as proposições a seguir.

- I. 30% de 120 = 36 e 25% de 140 = 36.
- II. 30% de 120 = 36 ou 25% de 140 = 36.
- III. Se 25% de 140 = 36, então 30% de 120 = 36.

É correto concluir que:

- (A) apenas a proposição I é verdadeira;
- (B) apenas a proposição II é verdadeira;
- (C) apenas as proposições II e III são verdadeiras;
- (D) todas são verdadeiras;
- (E) nenhuma é verdadeira.

**36**

Considere quatro cartões, cada um deles com uma das letras M, P, R, J e três urnas numeradas 1, 2 e 3.

O número de maneiras diferentes de distribuir os quatro cartões pelas três urnas, de tal modo que uma das urnas fique com dois cartões e cada uma das outras duas urnas fique com um cartão, é:

- (A) 36;
- (B) 32;
- (C) 24;
- (D) 18;
- (E) 12.

**37**

A uma velocidade média de 80 km/h percorre-se uma certa distância em 3 horas e 15 minutos.

A uma velocidade média de 60 km/h, a mesma distância é percorrida em:

- (A) 2 horas e 54 minutos;
- (B) 3 horas e 45 minutos;
- (C) 4 horas e 20 minutos;
- (D) 4 horas e 30 minutos;
- (E) 4 horas e 45 minutos.

**38**

Observe a sequência infinita a seguir.

BCDFGHGFDGBCDFGHGFDGBCDFGHGFDGBCD...

A 2019ª letra dessa sequência é:

- (A) B;
- (B) C;
- (C) D;
- (D) F;
- (E) G.

**39**

Sobre os conjuntos  $A$  e  $B$ , sabe-se que:

- $A - B$  tem 7 elementos;
- $A$  tem 28 elementos;
- A união de  $A$  e  $B$  tem 38 elementos.

O número de elementos do conjunto  $B$  é:

- (A) 10;
- (B) 18;
- (C) 21;
- (D) 31;
- (E) 35.

**40**

Em um dado viciado, cada algarismo par tem probabilidade de ocorrência o dobro da probabilidade de ocorrência de cada algarismo ímpar. Esse dado é lançado duas vezes.

A probabilidade de a soma dos números obtidos nos dois lançamentos ser igual a 4 é:

- (A)  $\frac{2}{81}$ ;
- (B)  $\frac{1}{27}$ ;
- (C)  $\frac{4}{81}$ ;
- (D)  $\frac{5}{81}$ ;
- (E)  $\frac{2}{27}$ .



## Organização do Ministério Público

**41**

João, servidor estável do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, ocupante de cargo de provimento efetivo, respondeu a processo administrativo disciplinar pela prática de condutas particularmente graves, o que foi reconhecido no relatório da comissão processante.

À luz da sistemática estabelecida na Lei Estadual nº 5.891/2011, a aplicação da sanção de demissão a João exige:

- (A) provocação do Secretário-Geral do Ministério Público, decisão do Procurador-Geral de Justiça, cabendo recurso para o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça;
- (B) provocação do Secretário-Geral do Ministério Público e decisão do Procurador-Geral de Justiça, insuscetível de recurso administrativo;
- (C) provocação do Procurador-Geral de Justiça e decisão do Governador do Estado, insuscetível de recurso administrativo;
- (D) decisão do Secretário-Geral do Ministério Público, cabendo recurso para o Procurador-Geral de Justiça;
- (E) decisão do Procurador-Geral de Justiça, cabendo recurso para o Governador do Estado.

**42**

Maria, dedicada analista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro na área processual, solicitou informações à sua chefia imediata a respeito da possibilidade de exercer as atividades laborativas em sua residência, já que o deslocamento para o local de trabalho estava se tornando extenuante, comprometendo o seu próprio rendimento.

Ao se deparar com o questionamento de Maria, a chefia imediata respondeu que essa espécie de trabalho remoto:

- (A) pode vir a ser adotada e, caso Maria seja incluída no programa, será acompanhada pelo Núcleo de Saúde da Instituição;
- (B) somente está ao alcance dos servidores que desempenham suas atribuições em ambiente externo às dependências da Instituição;
- (C) não foi introduzida na Instituição, o que decorria da constatação de que não promovia o aumento da produtividade;
- (D) caso adotada, exige a chefia imediata do dever de acompanhamento contínuo do atendimento às metas de eficiência estabelecidas;
- (E) gera o vínculo da unidade a que pertence Maria, mesmo durante a fruição de férias e licenças, exigindo ainda o redimensionamento de sua força de trabalho.

**43**

Pedro, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, desobedeceu às determinações do seu superior hierárquico. Em razão do ocorrido, foi solicitada a apuração de sua conduta pelo órgão competente, com a correlata aplicação da pena disciplinar cabível, com a ressalva de que Pedro jamais tinha sofrido uma penalidade dessa natureza.

Considerando a sistemática estabelecida no Decreto nº 2.479/1979, Pedro pode sofrer a pena disciplinar de:

- (A) advertência, após processo administrativo disciplinar;
- (B) suspensão, após processo administrativo disciplinar;
- (C) demissão, após processo administrativo disciplinar;
- (D) repreensão, após apuração sumária;
- (E) censura, após apuração sumária.

**44**

Com o objetivo de cumprir o que fora deliberado em Assembleia Geral, a associação dos servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro requereu à Administração Superior a apresentação de projeto de lei com o objetivo de alterar o regime jurídico da categoria.

Considerando a sistemática estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 106/2003, o referido projeto de lei deve ser apresentado pelo:

- (A) Colégio de Procuradores de Justiça;
- (B) Procurador-Geral de Justiça, sem a necessidade de aprovação prévia por outro órgão;
- (C) Procurador-Geral de Justiça, após aprovação do Conselho Superior do Ministério Público;
- (D) Procurador-Geral de Justiça, após aprovação do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça;
- (E) Conselho Legislativo, após aprovação do Procurador-Geral de Justiça e do Colégio de Procuradores de Justiça.

**45**

Pedro, membro do Ministério Público do Estado Alfa, decidiu se inscrever em concurso público de provas e títulos para o provimento do cargo efetivo WW, afeto ao exercício do magistério em universidade federal.

Considerando que Pedro também exercia o magistério em uma universidade estadual, é correto afirmar que ele:

- (A) poderá tomar posse no cargo efetivo WW, por expressa autorização constitucional;
- (B) só poderá tomar posse no cargo efetivo WW caso seja posto em disponibilidade no Ministério Público;
- (C) não poderá tomar posse no cargo efetivo WW, enquanto não for exonerado do outro cargo afeto ao magistério;
- (D) só poderá acumular o cargo efetivo WW caso os horários sejam compatíveis, observado o teto remuneratório;
- (E) poderá tomar posse no cargo efetivo WW, mas terá que optar pela remuneração de um dos cargos de magistério.

**46**

A única Promotoria de Justiça existente em uma comarca do interior do Estado do Rio de Janeiro recebeu uma notícia escrita, assinada por Antônio, apresentando arrazoado a respeito da alegada prática de infrações penais de natureza pública, por agentes que poderiam ser processados e julgados perante o Juiz de Direito local.

À luz da sistemática vigente, o órgão de execução:

- (A) não pode promover o arquivamento da notícia, devendo investigar os fatos por força do princípio da obrigatoriedade;
- (B) deve requisitar a instauração de inquérito policial, que constitui condição de procedibilidade da ação penal;
- (C) pode instaurar procedimento investigatório criminal, que não constitui condição de procedibilidade da ação penal;
- (D) deve encaminhar os autos ao Procurador-Geral de Justiça, que pode requisitar a instauração de inquérito policial;
- (E) deve instaurar procedimento investigatório criminal, que deve ser supervisionado pelo Juiz de Direito.

**47**

José, importante líder comunitário no Rio de Janeiro, tencionava obter cópias digitais de uma investigação que, conforme lhe fora informado, tramitava na Promotoria de Justiça Alfa. Em momento posterior, soube do declínio de atribuição para a Promotoria de Justiça Beta, que ainda estava analisando o caso.

De acordo com a sistemática estabelecida na Resolução GPGJ nº 2.198/2018, José deve solicitar as referidas cópias:

- (A) à Promotoria de Justiça Alfa, sendo fornecidas de modo oneroso;
- (B) à Promotoria de Justiça Beta, sendo fornecidas de modo gratuito;
- (C) ao Procurador-Geral de Justiça, sendo fornecidas de modo oneroso;
- (D) ao Centro de Apoio Operacional, sendo fornecidas de modo gratuito;
- (E) ao Secretário-Geral do Ministério Público, sendo fornecidas de modo oneroso.

**48**

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Ministério Público do Estado Alfa, após a regular tramitação do processo administrativo, com estrita observância do contraditório e da ampla defesa, sofreu a sanção disciplinar de demissão.

À luz da sistemática constitucional, em relação ao processo administrativo que culminou com a demissão, o Conselho Nacional do Ministério Público:

- (A) não tem competência para revê-lo;
- (B) pode revê-lo a qualquer tempo, de ofício ou se provocado;
- (C) pode revê-lo, se provocado, até 1 (um) ano após a sua conclusão;
- (D) pode revê-lo, de ofício, até 5 (cinco) anos após a sua conclusão;
- (E) pode revê-lo, de ofício ou se provocado, até 2 (dois) anos após a sua conclusão.

**49**

A secretaria de determinado órgão de execução do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro recebeu comunicação encaminhada pela Ouvidoria da Instituição, a partir de provocação de Maria, narrando supostas irregularidades praticadas por uma indústria instalada nas proximidades da residência da comunicante. Por não dispor de filtros adequados, a indústria expelia elevadas quantidades de gás carbônico na atmosfera, o que dificultava a respiração no local.

À luz da sistemática vigente, a narrativa acima deve ser recebida como:

- (A) notícia de fato, devendo ser apreciada no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, pelo órgão de execução, que deve arquivá-la ou ajuizar a ação civil pública;
- (B) notícia de fato, devendo ser apreciada no prazo prorrogável de 30 (trinta) dias, pelo órgão de execução, que pode convertê-la em inquérito civil;
- (C) procedimento preparatório, devendo ser apreciado no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, pelo órgão de execução, que pode convertê-lo em inquérito civil;
- (D) inquérito civil, devendo ser apreciado no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, pelo órgão de execução, que pode convertê-lo em notícia de fato ou arquivá-lo;
- (E) inquérito civil, devendo ser apreciado no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, pelo órgão de execução, que deve arquivá-lo ou ajuizar a ação civil pública.

**50**

Certa Promotoria de Justiça encaminhou para publicação, no diário oficial, edital de convocação de audiência pública na qual seriam discutidas políticas da área de saúde no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. No dia imediato, percebeu a existência de incorreções no referido ato.

À luz da sistemática vigente, em especial do disposto na Resolução GPGJ nº 2.245/2018, a referida publicação deve ter sido feita no:

- (A) diário oficial impresso do Estado do Rio de Janeiro, o mesmo ocorrendo em relação à posterior correção do edital, que será veiculada em outra edição;
- (B) diário oficial impresso do Ministério Público, o mesmo ocorrendo em relação à posterior correção do edital, que será veiculada em outra edição;
- (C) diário oficial eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, o mesmo ocorrendo em relação à posterior correção do edital, que será veiculada na mesma edição;
- (D) diário oficial eletrônico do Ministério Público, o mesmo ocorrendo em relação à posterior correção do edital, que será veiculada em outra edição;
- (E) diário oficial eletrônico do Ministério Público, devendo ser promovida a republicação da respectiva edição, de modo a veicular a correção do edital.

## Tutela Coletiva e Direito da Infância e Juventude

51

O Município Alfa, apesar dos constantes apelos formulados pela Associação das Pessoas com Deficiência, não vinha oferecendo, nas escolas públicas, mecanismos de tecnologia assistiva aos alunos com deficiência. Com o objetivo de obter uma solução para o problema, a referida Associação procurou a Promotoria de Justiça de tutela coletiva da Comarca e solicitou a adoção das medidas adequadas.

À luz da referida narrativa e do disposto na Lei nº 13.146/2015, o órgão de execução concluiu que o oferecimento de mecanismos da referida espécie:

- (A) era facultativo, tendo por objetivo aumentar o conforto das pessoas com deficiência, o que impedia a atuação do Ministério Público;
- (B) tinha como objetivo promover a igualdade das pessoas com deficiência, e a ausência de oferta na situação narrada justifica a atuação do Ministério Público;
- (C) estava sujeito à discricionariedade política do Município, que somente era obrigado a assegurar a acessibilidade dos alunos com deficiência, não investir em tecnologia;
- (D) era obrigatório, promovendo a igualdade das pessoas com deficiência, mas o Ministério Público não poderia atuar, já que a lei conferia legitimidade à Associação;
- (E) somente poderia ser exigido do Poder Público se as técnicas de desenho universal não fossem suficientes, tendo o Ministério Público e a Associação legitimidade para atuar.

52

Jefferson, adolescente de 17 anos, pratica ato infracional análogo ao crime de furto, subtraindo para si um aparelho de celular, que se encontrava no bolso traseiro da calça de Aparecida, enquanto ambos viajavam em transporte coletivo. Após ser apreendido, Jefferson é levado à delegacia e apresentado ao Ministério Público na mesma data. Concluída a oitiva informal, o Promotor constata que Jefferson não possui passagem anterior pela prática de ato infracional, não está estudando há 2 anos e encontra-se em situação de rua, sendo certo que não foi possível localizar os seus pais. O Promotor de Justiça oferece Representação pela prática do ato infracional análogo a furto em face de Jefferson, requerendo a decretação de sua internação provisória, sendo o pedido acolhido pelo Juiz da Infância e Juventude, durante a audiência de apresentação. Decorridos dois meses da data da apreensão de Jefferson, a audiência em continuação é realizada e o Juiz aplica a medida de internação socioeducativa ao adolescente.

À luz da Lei nº 8.069/90 (ECA) e tendo em vista o caso apresentado, conclui-se que:

- (A) a medida socioeducativa adequada ao caso é a internação, pois Jefferson não estuda, está em situação de rua e os seus pais encontram-se em local incerto e não sabido;
- (B) a medida socioeducativa de internação não poderia ser aplicada, por se tratar de ato infracional praticado sem grave ameaça ou violência a pessoa e por ser a primeira passagem do adolescente;
- (C) a decretação da internação provisória pelo Juiz foi medida adequada, tendo em vista o perfil do adolescente e a observância do prazo legal para a aplicação da medida;
- (D) o Promotor de Justiça não poderia oferecer Representação em face do adolescente, por se tratar de ato infracional praticado sem grave ameaça ou violência a pessoa e por ser a primeira passagem do adolescente;
- (E) o Promotor de Justiça não poderia conceder a remissão ao adolescente, por se tratar de ato infracional análogo a crime contra o patrimônio.

**53**

Um Promotor de Justiça recebe denúncia, por meio da Ouvidoria do MPRJ, noticiando que o dirigente da entidade de acolhimento municipal “Casa da Criança” tem aplicado castigos imoderados e proferido ofensas verbais contra os acolhidos. Após a realização de inspeção *in loco* para apuração da denúncia, o Promotor de Justiça constata que existem indícios da prática das condutas narradas e expede Recomendação ao Secretário Municipal de Assistência Social, visando ao afastamento do dirigente. A Recomendação não é atendida pelo gestor e o Promotor de Justiça propõe em Juízo Representação para Apuração de Irregularidade em Entidade de Atendimento.

Considerando o procedimento previsto na Lei nº 8.069/90 (ECA), é correto afirmar que:

- (A) o Promotor de Justiça pode realizar a intervenção na entidade de acolhimento, nomeando interventor, por intermédio de portaria específica para essa finalidade;
- (B) o procedimento poderia ter sido iniciado mediante portaria da autoridade judicial, não tendo o Conselho Tutelar legitimidade para oferecer Representação em Juízo na hipótese;
- (C) antes da aplicação de qualquer medida, na hipótese de serem sanadas as irregularidades verificadas, o processo será extinto, sem julgamento de mérito;
- (D) na hipótese de afastamento liminar ou definitivo do dirigente da entidade, a autoridade judiciária intimará o Promotor de Justiça, que terá o prazo de 5 (cinco) dias para indicar substituto do dirigente;
- (E) não há a previsão legal de penalidade pecuniária a ser imposta ao dirigente da entidade, mas somente a previsão de seu afastamento liminar ou definitivo.

**54**

Lei do Município Alfa disciplinou o manejo de resíduos sólidos urbanos e o serviço público de limpeza urbana. Em seu art. 1º, dispôs que o lixo originário de atividades industriais, cuja responsabilidade pelo manejo era atribuída ao gerador, é considerado resíduo sólido urbano. O art. 2º, por sua vez, estatuiu que a triagem do lixo doméstico, para fins de tratamento por compostagem, não integrava o serviço público de manejo de resíduos sólidos.

Maria, irresignada com o teor da referida Lei, pois, no seu entender, era manifestamente contrária à denominada “Lei do Saneamento Básico”, solicitou que a Promotoria de Justiça local ingressasse com medida judicial para que fosse determinada a observância do paradigma editado pela União.

A partir dessa situação hipotética, a Promotoria de Justiça concluiu, corretamente, que:

- (A) os arts. 1º e 2º eram compatíveis com a “Lei do Saneamento Básico”, promovendo o arquivamento da representação de Maria;
- (B) somente o art. 1º era incompatível com a “Lei do Saneamento Básico”, mas não seria possível requerer, no processo coletivo, que o Município deixe de observá-lo;
- (C) somente o art. 2º era incompatível com a “Lei do Saneamento Básico” e seria possível requerer, no processo coletivo, que o Município deixe de observá-lo;
- (D) os arts. 1º e 2º eram incompatíveis com a “Lei do Saneamento Básico” e seria possível requerer, no processo coletivo, que o Município deixe de observá-los;
- (E) os arts. 1º e 2º eram incompatíveis com a “Lei do Saneamento Básico”, mas não seria possível requerer, no processo coletivo, que o Município deixe de observá-los.

**55**

Ezequiel e Maria, devidamente habilitados, propõem ação de adoção de Paulo Henrique, de 8 anos. O casal é entrevistado pela equipe técnica da Vara da Infância e Juventude, no curso do estágio de convivência iniciado com a criança, e ratifica o interesse na adoção, pois já consideram Paulo Henrique como seu filho, nutrindo muito afeto pela criança. O estudo técnico conclui que a adoção apresenta reais vantagens para o adotando, sendo favorável ao deferimento do pedido. Antes da realização da audiência de instrução e julgamento, Ezequiel sofre grave acidente de trânsito e vem a falecer. Maria se mantém firme no propósito de adotar Paulo Henrique e deseja que a adoção seja julgada procedente inclusive em relação a Ezequiel, para que o nome deste conste do novo registro de nascimento que será efetuado para Paulo Henrique, após o trânsito em julgado da sentença de adoção.

Tendo em vista o disposto na Lei nº 8.069/90 (ECA) e as peculiaridades do caso ora apresentado:

- (A) a ação deve ser obrigatoriamente extinta em relação a Ezequiel, em virtude de seu falecimento, prosseguindo em relação a Maria, que poderá adotar a criança;
- (B) a sentença de adoção tem natureza constitutiva, motivo pelo qual o pedido formulado por Ezequiel não poderia prevalecer após o seu falecimento, em razão de impossibilidade jurídica;
- (C) a morte do adotante Ezequiel restabelece o poder familiar do pai biológico da criança, razão pela qual seu nome não poderá constar do novo registro de nascimento da criança;
- (D) a adoção produz efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença, exceto na hipótese narrada, caso em que retroage à data do óbito;
- (E) a manifestação de vontade de Ezequiel no estudo técnico realizado pela equipe da Vara da Infância não é válida, pois a Lei nº 8.069/90 exige escritura pública para essa finalidade.

**56**

No final da década de noventa do século passado, o então Prefeito do Município Alfa editou decreto considerando determinado espaço territorial, pertencente ao patrimônio municipal e de grande valor paisagístico, bem como o respectivo bioma, como área de proteção ambiental. Ocorre que há poucos dias, considerando a necessidade de ser promovido um programa de habitação, o atual Prefeito consultou a sua assessoria a respeito da possibilidade de ser parcialmente utilizado o referido espaço, de modo a não comprometer a integridade dos atributos que justificaram a sua proteção, para a construção de habitações. À luz da ordem jurídica brasileira, a assessoria respondeu que o referido espaço territorial:

- (A) não poderia ser utilizado em razão do ato que o considerou área de proteção ambiental, o que não poderia ser revertido;
- (B) poderia ser utilizado, desde que, em obediência ao princípio da paridade das formas, outro decreto revogasse o anterior;
- (C) somente poderia ser utilizado se a autorização fosse concedida em processo coletivo, ouvida a população;
- (D) poderia ser livremente utilizado, não obstante a vigência do ato que o considerou área de proteção ambiental;
- (E) poderia ser utilizado, desde que a alteração parcial da sua destinação fosse autorizada em lei.

**57**

Em razão de grave violação de direitos praticada por seus pais no Município de Búzios, onde a família reside, Wesley, de 9 anos de idade, e Michael, de 5 anos de idade, são encaminhados para entidade pública de acolhimento institucional no Município de Araruama, na medida em que Búzios não possui serviço de acolhimento. Depois de esgotadas as possibilidades de reintegração familiar das crianças, conforme estudo social e psicológico elaborados pela equipe técnica da entidade, o Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Araruama propõe ação de destituição do poder familiar em face dos pais, perante a Vara de Família, Infância e Juventude daquela Comarca. Considerando a regra de competência prevista na Lei nº 8.069/90 (ECA) nesse caso hipotético, o Promotor de Justiça atuou:

- (A) corretamente, pois a competência é determinada pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente;
- (B) corretamente, pois a competência é determinada pelo local do dano;
- (C) de forma equivocada, pois a competência é determinada pelo domicílio dos pais ou responsável;
- (D) de forma equivocada, pois o Conselho Tutelar é o órgão legitimado para ajuizar a ação;
- (E) de forma equivocada, pois a competência é da Vara de Fazenda Pública, por se tratar de demanda referente à entidade de acolhimento municipal.

**58**

A Promotoria de Justiça de tutela coletiva da Comarca Alfa recebeu representação informando que os interessados em adquirir imóveis urbanos, de modo oneroso, em determinada área do Município Alfa, estavam sendo preteridos pelo Poder Público municipal, que alegava a existência da Lei Municipal nº XX/2018, a qual lhe daria preferência na respectiva aquisição, visando à implantação de espaços públicos de lazer e áreas verdes.

Ao analisar o teor da representação à luz do denominado “Estatuto da Cidade”, o órgão de execução concluiu que o referido direito de preferência era:

- (A) ilícito, pois a medida equivale à desapropriação, exigindo prévia indenização ao proprietário;
- (B) ilícito, pois afronta o direito de propriedade e a legítima expectativa dos potenciais compradores;
- (C) lícito, desde que a lei municipal, baseada no plano diretor, tenha delimitado a área e fixado o prazo de vigência;
- (D) lícito, desde que o proprietário e o potencial comprador anuíssem com a alienação ao Poder Público municipal;
- (E) ilícito, pois somente o plano diretor, aprovado com maioria qualificada, poderia prever essa forma de intervenção.

**59**

A sociedade cooperativa Alfa desenvolveu um grande empreendimento habitacional e promoveu a sua comercialização com os cooperativados. Apesar disso, não entregou as unidades no prazo avençado, o que resultou no ajuizamento de uma ação coletiva pela associação dos cooperativados, ente muito respeitado e regularmente constituído há dois anos, sendo postulado o reconhecimento da mora e a fixação de multa por dia de atraso.

À luz da narrativa acima, o Código de Defesa do Consumidor:

- (A) é aplicável ao caso e a associação tem legitimidade para ajuizar a ação coletiva;
- (B) não é aplicável ao caso, mas isto não obsta o ajuizamento da ação com base na Lei nº 7.347/1985;
- (C) não é aplicável ao caso, sendo possível o litisconsórcio passivo plúrimo, não a ação coletiva;
- (D) não é aplicável ao caso, mas isto não obsta o ajuizamento da ação com base na Lei nº 8.078/1990;
- (E) é aplicável ao caso, mas a associação não tem legitimidade para ajuizar a ação em face da ausência de hipossuficiência.

**60**

Determinada Procuradora de Justiça foi intimada para a emissão de parecer, em processo individual envolvendo pessoa incapaz para os atos da vida civil, no qual se discutia a juridicidade da tarifa cobrada pelo fornecimento de água potável. Ao analisar os autos e realizar as pesquisas necessárias, constatou o equívoco no último reajuste promovido na tarifa, o qual estava lastreado em um ato administrativo de caráter geral manifestamente ilegal, indicativo de que inúmeros outros processos poderiam ser instaurados pela mesma causa.

Considerando a sistemática vigente, a relevância da matéria e a repercussão social, poderia ser proposta ao relator, pela Procuradora de Justiça, para a imediata definição da matéria de direito pelo Tribunal de Justiça, vinculando os juízes de direito e os órgãos fracionários do Tribunal, a seguinte medida:

- (A) reclamação;
- (B) embargos de divergência;
- (C) incidente de assunção de competência;
- (D) incidente de uniformização de jurisprudência;
- (E) incidente de resolução de demandas repetitivas.

## Direito Administrativo e Direito Constitucional

**61**

O Governador do Estado Alfa determinou a realização de licitação, no regime de contratação diferenciada, para a contratação de obras de construção de estabelecimento penal. Considerando as inovações tecnológicas que se pretendia implementar, o contratado deveria elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, além de realizar todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Após a regular instrução do processo administrativo, a assessoria jurídica informou, em harmonia com a ordem jurídica, que:

- (A) o objeto da contratação era incompatível com o regime de contratação diferenciada;
- (B) o regime de contratação integrada não poderia ser utilizado para o objeto da contratação, face à inovação tecnológica;
- (C) tanto o regime de contratação diferenciado como a contratação integrada não poderiam ser utilizados;
- (D) tanto a modalidade de licitação como o regime de execução indireta da obra de engenharia estavam corretos;
- (E) é juridicamente impossível que a elaboração dos projetos básico e executivo seja realizada pelo mesmo contratado.

**62**

O Estado Alfa, com o objetivo de desburocratizar a atuação dos órgãos estaduais e fomentar a atividade econômica, editou a Lei nº XX/2019, que simplificou, em seu art. 1º, os requisitos a serem cumpridos, na confecção do respectivo contrato social, pelas sociedades empresárias com sede no Estado. Em seu art. 2º, dispensou-as, inclusive, do registro, caso a sua estrutura fosse unifamiliar e o seu funcionamento ocorresse no domicílio da família.

À luz da divisão constitucional de competências, a Lei nº XX/2019 é:

- (A) integralmente constitucional, pois o Estado Alfa possui competência concorrente com a União para legislar sobre as referidas matérias;
- (B) parcialmente constitucional, pois o art. 2º incursiona em matéria de competência privativa da União, que é indelegável;
- (C) integralmente inconstitucional, pois o Estado Alfa legislou sobre matérias de competência legislativa da União e dos Municípios;
- (D) parcialmente constitucional, pois o art. 1º incursiona em matéria de competência privativa do Município, o que afronta a sua autonomia;
- (E) integralmente inconstitucional, pois o Estado Alfa legislou sobre matérias de competência da União, ressalvada a anterior edição de lei complementar autorizativa.



**63**

João, servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo, no exercício da função de vigia de uma repartição pública, permitiu que Pedro, seu amigo de infância, ali ingressasse e subtraísse diversos bens de elevado valor. Os bens foram vendidos e Pedro ficou com a integralidade do montante arrecadado.

Considerando a tipologia da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que:

- (A) Pedro responderá por dano ao patrimônio público, e João, por violação aos princípios regentes da atividade estatal;
- (B) Pedro responderá por dano ao patrimônio público, e João, por enriquecimento ilícito;
- (C) João responderá por dano ao patrimônio público, e Pedro, por enriquecimento ilícito;
- (D) João e Pedro responderão por dano ao patrimônio público;
- (E) João e Pedro responderão por enriquecimento ilícito.

**64**

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa julgou improcedente mandado de segurança de sua competência originária. A ordem postulada foi denegada em acórdão manifestamente contrário à Constituição da República de 1988.

Considerando o exaurimento da referida instância e a dicotomia entre os recursos constitucionais de fundamentação livre e os de fundamentação vinculada, o referido acórdão somente pode ser impugnado por meio de recurso de fundamentação:

- (A) livre, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- (B) livre, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- (C) vinculada, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- (D) vinculada, a ser julgado pelo próprio Tribunal de Justiça;
- (E) vinculada, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.

**65**

O Estado Alfa, após a instauração de processo administrativo para apurar a possível prática de atos lesivos à Administração Pública, conforme tipificação da Lei nº 12.846/2013, decidiu pela celebração de acordo de leniência com a pessoa jurídica XX. No ajuste, foi acertado o pagamento de metade da multa cominada e a não aplicação da sanção de publicação extraordinária da decisão.

Considerando a sistemática legal, o referido acordo foi celebrado em:

- (A) desacordo com a sistemática legal, pois somente poderia ser celebrado caso estivessemos perante atos de improbidade administrativa;
- (B) desacordo com a sistemática legal, pois não poderia ser celebrado pelo Estado Alfa, mas apenas pelo Ministério Público;
- (C) desacordo com a sistemática legal, pois a sanção de multa não poderia ser objeto do ajuste, mas apenas a de publicação extraordinária da decisão;
- (D) harmonia com a sistemática legal, pois o Estado Alfa tinha competência para celebrar o ajuste e o seu alcance observou os balizamentos legais;
- (E) harmonia com a sistemática legal, desde que a celebração tenha ocorrido sob supervisão judicial, considerando os seus reflexos nas sanções da alçada do Poder Judiciário.

**66**

O Prefeito do Município Alfa editou decreto no qual informava que o Poder Público utilizaria, por seis meses, os serviços e as instalações do único hospital privado da região. A decisão decorreu do fato de o nosocômio ter informado que cessaria o atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde, o que comprometeria o serviço de saúde no Município.

À luz da sistemática legal, a situação narrada caracteriza:

- (A) requisição administrativa, que não exige autorização do Poder Judiciário e acarreta o dever de indenização posterior;
- (B) ocupação temporária, que exige prévia autorização do Poder Judiciário e não demanda indenização;
- (C) desapropriação, devendo ser antecedida de prévia e justa indenização;
- (D) servidão administrativa ao direito de propriedade, que exige autorização do Poder Judiciário e reembolso dos gastos;
- (E) ilegalidade, pois é típica situação de intervenção no domínio econômico, caracterizando desapropriação indireta.

**67**

Agentes da área de segurança pública ingressaram na casa de João, sem autorização judicial, durante a madrugada e contra a sua expressa manifestação de vontade. No local, apreenderam um tablete com 1 kg (um quilograma) de cocaína.

À luz dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela ordem constitucional e o entendimento prevalecente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida apreensão foi:

- (A) ilícita, pois, apesar da apreensão das substâncias entorpecentes, foi realizada durante a madrugada;
- (B) lícita, pelo só fato de terem sido apreendidas substâncias entorpecentes no local;
- (C) ilícita, pois o ingresso no domicílio, contra a vontade do morador, deve ser realizado de dia e com mandado judicial;
- (D) lícita, desde que a entrada forçada tenha sido amparada em fundadas razões, justificadas em momento posterior;
- (E) ilícita, pois, apesar da apreensão das substâncias entorpecentes, foi realizada sem mandado judicial.

**68**

Considerando a relevância das atividades desenvolvidas em benefício da educação, por determinada associação da sociedade civil sem fins lucrativos, que não remunerava seus dirigentes e que empregava no seu objeto social todos os recursos que obtinha, o Município Alfa decidiu celebrar ajuste com essa associação, sem a transferência de recursos financeiros, para que pudessem desenvolver determinado projeto em conjunto.

Considerando que a referida associação não possuía qualquer qualificação fornecida pela legislação específica, o ajuste a ser celebrado é o:

- (A) convênio;
- (B) termo de fomento;
- (C) contrato de gestão;
- (D) termo de colaboração;
- (E) acordo de cooperação.



**69**

O Presidente da República delegou ao Ministro de Estado da Pasta WW a competência para editar decreto visando à extinção de cargos públicos, quando vagos.

À luz da sistemática constitucional e da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o julgamento de mandados de segurança, é correto afirmar que a delegação foi:

- (A) irregular, considerando que a matéria era insuscetível de delegação, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STJ;
- (B) regular, considerando que a matéria era suscetível de delegação, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STJ;
- (C) irregular, considerando que a delegação não foi ratificada pelo Legislativo, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STF;
- (D) regular, considerando que a extinção de cargos vagos já é de competência dos Ministros, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STF;
- (E) irregular, considerando que os cargos vagos, criados por lei, devem ser extintos por lei, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STJ.

**70**

O Tribunal de Contas do Estado Alfa, ao analisar o ato de concessão inicial de aposentadoria do servidor público João, o que ocorreu no ano seguinte à sua prática, entendeu que o tempo de serviço exigido pela ordem jurídica não fora corretamente integralizado. Com isso, sem a prévia oitiva de João, decidiu que o benefício foi irregularmente concedido, comunicando a sua decisão, logo em seguida, ao órgão competente.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) a análise do tempo de serviço é ato vinculado, logo, o Tribunal de Contas não poderia revê-lo;
- (B) o Tribunal de Contas atuou no estrito exercício de suas competências, não sendo necessária a prévia oitiva de João;
- (C) ao não assegurar o contraditório e a ampla defesa a João, o Tribunal de Contas proferiu decisão nula;
- (D) uma vez concedido o benefício previdenciário, a sua desconstituição exige decisão judicial;
- (E) o Tribunal de Contas extrapolou suas competências, pois somente poderia analisar o valor do benefício.

## Direito Civil e Direito Processual Civil

**71**

Em ação coletiva proposta pelo Ministério Público, a sentença julgou improcedente o pedido e o tribunal confirmou a decisão. Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados pelo colegiado. Nesse momento, o representante do Ministério Público detectou que outro tribunal do país decidiu a questão de direito de forma distinta, atribuindo interpretação divergente ao mesmo dispositivo de lei federal.

Nessa hipótese, será cabível:

- (A) recurso extraordinário, com repercussão geral presumida, por se tratar de ação coletiva ajuizada pelo Ministério Público;
- (B) incidente de resolução de demandas repetitivas direcionado ao STJ, com a finalidade de uniformizar o entendimento divergente dos tribunais locais;
- (C) embargos de divergência direcionado ao STJ, com a finalidade de uniformizar o entendimento divergente dos tribunais locais;
- (D) recurso especial, fundado em dissídio jurisprudencial, devendo o representante do Ministério Público comprovar a divergência, além de mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados;
- (E) incidente de assunção de competência.

**72**

O Ministério Público ajuizou ação civil pública para compelir determinada operadora de planos de saúde a autorizar procedimento cirúrgico sem previsão legal e contratual. O pedido foi julgado improcedente. No Tribunal de Justiça, constatando-se a existência de múltiplos processos envolvendo a mesma questão unicamente de direito, mas com julgamentos em sentido contrário, pode o Ministério Público:

- (A) apresentar embargos de divergência;
- (B) requerer o reexame necessário;
- (C) ajuizar ação rescisória diretamente no Tribunal de Justiça;
- (D) requerer ao relator a conversão do feito em diligência, solicitando nova remessa dos autos para o juiz sentenciante;
- (E) requerer a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas endereçado ao presidente do Tribunal de Justiça.

**73**

Alcebiades encomendou a Jeremias um celular modelo X, pagando-lhe antecipadamente. Dias depois, Jeremias procurou Alcebiades, para ofertar-lhe, em substituição ao modelo X, um aparelho de celular modelo Y. Alcebiades resignou-se e aceitou o telefone ofertado no lugar do devido. Entretanto, pouco depois, foi abordado pela polícia, que apreendeu o celular recebido, pois o aparelho tinha sido roubado por Jeremias.

Diante disso, Alcebiades pode exigir de Jeremias:

- (A) somente perdas e danos;
- (B) um celular do modelo Y;
- (C) um celular do modelo X;
- (D) o equivalente pecuniário de um celular do modelo Y;
- (E) o equivalente pecuniário de um celular do modelo X.

**74**

Rejane mora com seu filho menor na comunidade do Milharal, onde vem disputando com seu vizinho parte de um terreno. O vizinho, contudo, ameaçou a integridade de seu filho para que ela assinasse acordo de transação, pelo qual renunciava a direitos sobre o terreno.

Diante disso, o referido acordo é:

- (A) nulo, em razão do objeto ilícito;
- (B) nulo, em razão da ausência de vontade;
- (C) anulável, em razão de estado de perigo;
- (D) anulável, em razão de coação;
- (E) anulável, em razão de dolo.

**75**

Em ação civil pública proposta pelo Ministério Público, o juiz acolhe o pedido de prova oral formulado pelas partes e designa audiência de instrução e julgamento para ouvir as testemunhas. O Ministério Público arrola 12 (doze) testemunhas, enquanto o réu indica 5 (cinco) testemunhas.

Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- (A) compete ao juiz oportunizar ao réu a indicação de outras testemunhas, à luz da isonomia e da paridade de armas;
- (B) o número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato;
- (C) de acordo com os princípios do contraditório, da ampla defesa, da boa-fé e da cooperação, compete ao juiz ouvir todas as testemunhas;
- (D) se as testemunhas forem servidores públicos ou militares, devem ser intimadas por carta com aviso de recebimento para comparecer à audiência;
- (E) cabe ao representante do Ministério Público e ao advogado do réu informar ou intimar as testemunhas por eles arroladas do dia, da hora e do local da audiência designada, sendo dispensada a intimação do juízo.

**76**

Enquanto viajavam de férias, o imóvel em que os Silva residiam foi invadido por Pereira. Agora que retornaram, Pereira alega que, tendo reparado a tubulação de água que estourou, colocando em risco o imóvel, enquanto eles viajavam, tem direito a reter o bem até que eles efetuem o ressarcimento pelos gastos que teve.

No caso, Pereira:

- (A) tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, com direito à retenção do imóvel até que isso ocorra;
- (B) tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, mas sem direito à retenção do imóvel;
- (C) não tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, mas pode levantar a benfeitoria realizada se não houver detrimento à coisa;
- (D) não tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, por se tratar de benfeitoria apenas voluptuária;
- (E) não tem direito ao ressarcimento dos gastos que teve, por ser possuidor de má-fé.

**77**

Depois de seis meses de turbacão da posse praticada por um grupo de pessoas em uma fazenda, foi proposta ação de manutenção de posse, com pedido de liminar, para compelir o grupo a cessar o ilícito. Porém, antes de o juiz apreciar o pedido liminar, tal grupo efetivamente invadiu o local, ocupando as terras.

Nessa hipótese, é correto afirmar que:

- (A) como a situação fática mudou entre a propositura da ação e o exame da liminar, deverá o juiz intimar o autor para emendar a petição inicial, na forma do art. 321 do Código de Processo Civil, corrigindo o vício e adequando o procedimento;
- (B) por se tratar de litígio coletivo pela posse de imóvel, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá o juiz designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias;
- (C) o juiz deverá receber a ação de manutenção como reintegração de posse e analisar o pedido de liminar. Em caso de deferimento, será expedido o mandado liminar de manutenção ou de reintegração; caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada;
- (D) por se tratar de litígio coletivo pela posse de imóvel, o juiz deverá examinar o pedido de liminar e, em seguida, determinar a citação dos réus, que, por se tratar de ato solene, deverá ser pessoal a todos os ocupantes, devendo o oficial de justiça promover tantas diligências quantas forem necessárias até a citação das referidas pessoas;
- (E) estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração; caso contrário, determinará a citação do réu para apresentar sua resposta.

**78**

Sobre o mandado de segurança, é correto afirmar que:

- (A) cabe a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé;
- (B) em casos de risco grave, poderá ser concedida liminar no mandado de segurança coletivo antes da audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá ser ratificada ou revogada após a manifestação do impetrado;
- (C) não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza;
- (D) terá prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive *habeas corpus*;
- (E) a sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

**79**

Em uma ação judicial proposta por membros de uma mesma família em que um deles era menor de idade, o feito transcorreu sem a participação do Ministério Público. A sentença reconheceu a procedência integral do direito dos autores, tendo sido confirmada em sede de apelação cível. Porém, interposto o Recurso Especial, os autos foram examinados pelo Relator no STJ, que identificou a ausência de intimação do Ministério Público.

Nessa hipótese, deverá o Relator:

- (A) reconhecer, de ofício, a invalidade de todos os atos praticados na ação a partir do momento em que o Ministério Público deveria ter sido intimado;
- (B) prosseguir com o julgamento do Recurso Especial, pois caberia às partes arguir a nulidade na primeira oportunidade que lhes coubesse falar nos autos, sob pena de preclusão;
- (C) antes de se pronunciar sobre a nulidade, deverá intimar o Ministério Público para se manifestar sobre a existência ou a inexistência de prejuízo ao menor;
- (D) em caso de desprovimento do recurso, com a manutenção do resultado favorável ao menor, não deve ser decretada a nulidade, independentemente do Ministério Público, ante a ausência de prejuízo;
- (E) em caso de desprovimento do recurso, com a manutenção do resultado favorável ao menor, não deve ser decretada a nulidade, independentemente do Ministério Público, pois o menor estava representado por seus genitores.

**80**

Em ação popular ajuizada pelo Ministério Público e julgada procedente, o juiz, após o trânsito em julgado, proferiu decisão na fase de cumprimento de sentença contrária aos interesses do Ministério Público, ensejando a interposição de agravo de instrumento. Por se tratar de processo físico na origem, caberia ao representante do Ministério Público instruir o recurso com as peças obrigatórias, o que, porém, não foi observado.

Nessa hipótese, deverá o Relator:

- (A) negar seguimento ao recurso, ante a ausência de um dos pressupostos de admissibilidade;
- (B) intimar o agravado para dizer se concorda com o julgamento sem as referidas peças;
- (C) oficiar o juízo de primeiro grau para fornecer cópia de eventuais documentos necessários para o julgamento do recurso;
- (D) julgar o recurso, desconsiderando as informações contidas nos documentos não acostados pelo Ministério Público;
- (E) antes de considerar inadmissível o recurso, o Relator concederá o prazo de 10 (dez) dias ao agravante para sanar o vício.

**81**

Sobre a substituição processual, é correto afirmar que:

- (A) havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir como assistente litisconsorcial;
- (B) em caso de desistência infundada ou abandono da ação civil pública por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado não poderá assumir a titularidade ativa, devendo ser ajuizada nova demanda;
- (C) em caso de assistência simples, o assistente não poderia ser substituto processual do assistido, na hipótese de revelia ou omissão;
- (D) compete ao Ministério Público acompanhar as ações de alimentos em favor de crianças e adolescentes, não possuindo, porém, legitimidade para promovê-las;
- (E) em caso de reconvenção, se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

**82**

De acordo com o art. 3º, §3º, do Código de Processo Civil, “a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial”.

Sobre a temática, é correto afirmar que:

- (A) o não comparecimento injustificado do autor ou réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e ensejará a aplicação de multa, revertida em favor da União ou do Estado;
- (B) a audiência de conciliação/mediação não será realizada quando a natureza do litígio não admitir autocomposição ou quando uma das partes manifestar expressamente seu desinteresse;
- (C) não sendo a audiência de conciliação/mediação exitosa, o juiz não poderá tentar mais a autocomposição das partes, à luz do princípio da duração razoável do processo;
- (D) a audiência de conciliação/mediação não será designada se a parte não requerer expressamente na petição inicial. Porém, se o Ministério Público ou a Defensoria Pública forem partes, a audiência será agendada independentemente de requerimento;
- (E) havendo litisconsórcio unitário, basta que um dos litisconsortes manifeste seu desinteresse na audiência de conciliação/mediação para que o ato não seja realizado.

**83**

Ariovaldo, 80 anos, aposentado com apenas um salário mínimo, não consegue comprar remédios, pagar o aluguel, fazer as compras do mês e ter o necessário para se vestir e manter a casa limpa com o valor que percebe mensalmente. Entre seus quatro filhos, Pedro e Ivo têm renda mensal baixa e a terceira, Vera, tem um salário melhor, mas tem uma família grande para sustentar juntamente com seu marido, que não dispõe de muitos recursos. Por isso, Ariovaldo procurou Jorge, seu quarto filho, que tem um salário muito bom e uma vida confortável, além de não ter família para sustentar. Ariovaldo pretende, então, propor Ação de Alimentos em face exclusivamente de Jorge, demandando-lhe a integralidade da pensão.

Nesse caso, o pleito de Ariovaldo deve ser julgado:

- (A) improcedente, porque não há obrigação alimentar de filhos perante os pais;
- (B) improcedente, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é conjunta;
- (C) procedente em parte, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é divisível;
- (D) procedente em parte, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é proporcional;
- (E) procedente, porque a obrigação alimentar, nesse caso, é solidária.

**84**

Eudora e Janice, primas, namoram há três anos e decidiram levar o relacionamento para um nível mais sério. Por isso, no dia dos namorados, noivaram e iniciaram o procedimento de habilitação para o casamento civil. No ano de 2019, o casamento civil foi celebrado.

De acordo com o atual sistema jurídico brasileiro, o casamento é:

- (A) nulo;
- (B) inexistente;
- (C) válido;
- (D) anulável;
- (E) ineficaz.

**85**

Célio é casado com Justina há dez anos e com ela tem dois filhos, de oito e dez anos de idade. Na última semana, desconfiou que a esposa o traía. Consumido pela raiva, Célio agrediu Justina e causou-lhe a morte.

No que concerne aos dois filhos, Célio sofrerá a sanção conhecida como:

- (A) inversão da guarda;
- (B) suspensão da guarda;
- (C) perda da tutela dos filhos;
- (D) suspensão do poder familiar;
- (E) perda do poder familiar.

## Direito Penal e Direito Processual Penal

**86**

Em matéria Penal, através das provas, as partes pretendem influenciar o convencimento do julgador, além de demonstrar a veracidade de determinado fato.

O Código de Processo Penal disciplina o tema, trazendo previsões gerais e regras próprias para as provas em espécie.

Sobre o tema, de acordo com as previsões do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) em razão do livre convencimento motivado, ao Ministério Público, assim como ao acusado, é facultado apresentar quesitos e indicar assistente técnico por ocasião da prova pericial, mas o laudo elaborado não vincula o juiz, que poderá aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte;
- (B) em razão do direito de presença do acusado, o Código de Processo Penal não admite o interrogatório por videoconferência com fundamento no risco para segurança pública com fundada suspeita de fuga do preso durante o deslocamento para audiência;
- (C) no procedimento do Tribunal do Júri, durante o interrogatório do réu em sessão plenária, as perguntas deverão ser feitas diretamente pelas partes e pelos jurados, cabendo ao juiz apenas complementá-las;
- (D) com base no princípio da inércia, o sistema a ser observado quando da oitiva das testemunhas é o *cross examination*, não podendo o magistrado complementar as perguntas das partes;
- (E) diante do caráter inquisitório do inquérito policial, os elementos informativos não poderão ser mencionados na sentença, nem mesmo para corroborar a decisão do juiz fundamentada em provas.

**87**

Diego, 20 anos, reincidente, foi denunciado pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, tendo em vista que trazia consigo 300g de *Cannabis Sativa L.*, popularmente conhecida como maconha. No curso da instrução, por ocasião de seu interrogatório, Diego confirmou que estava portando as drogas mencionadas na denúncia, mas assegurou que o material seria destinado ao seu próprio consumo e não para comercialização.

Considerando apenas as informações narradas, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, no momento da análise de aspectos relacionados à dosimetria da pena em alegações finais, o promotor de justiça deverá destacar que a:

- (A) atenuante da confissão espontânea deverá ser reconhecida, podendo ser compensada com a agravante da reincidência, mas não caberá reconhecimento da atenuante da menoridade relativa;
- (B) atenuante da menoridade relativa e a atenuante da confissão espontânea devem ser reconhecidas, não podendo, porém, a pena intermediária ser fixada abaixo do mínimo legal;
- (C) quantidade de drogas poderá ser considerada na fixação da pena base, devendo ser reconhecida a atenuante da menoridade relativa, mas não a da confissão espontânea;
- (D) atenuante da menoridade relativa e a atenuante da confissão espontânea devem ser reconhecidas, podendo a pena intermediária ser fixada abaixo do mínimo legal;
- (E) causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado poderá ser reconhecida, possibilitando a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

**88**

Bernardo foi preso em flagrante e indiciado pela prática do crime do art. 24-A da Lei nº 11.340/06 (*Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos*). O auto de prisão em flagrante foi encaminhado para os órgãos competentes, sendo determinada a realização, de imediato, da audiência de custódia. Foi acostada a Folha de Antecedentes Criminais, indicando que Bernardo, de fato, havia sido intimado da aplicação de medidas protetivas de urgência em favor de sua ex-companheira, mas que não possuía condenação definitiva em seu desfavor.

Considerando as informações narradas, a prisão em flagrante a ser analisada em audiência de custódia é:

- (A) legal, cabendo conversão da prisão em flagrante em preventiva para garantia das medidas protetivas de urgência aplicadas, mesmo diante da pena em abstrato inferior a 4 (quatro) anos e da primariedade do custodiado;
- (B) legal, mas considerando a pena em abstrato prevista e a primariedade técnica do indiciado, não será possível a conversão da prisão em flagrante em preventiva por ausência dos pressupostos legais;
- (C) legal, mas diante da pena em abstrato prevista, poderia a autoridade policial ter arbitrado fiança;
- (D) ilegal, porque a pena máxima é inferior a 4 (quatro) anos e Bernardo é primário, devendo a prisão ser relaxada;
- (E) ilegal, porque a pena máxima é inferior a 4 (quatro) anos e Bernardo é primário, devendo a prisão ser revogada.

**89**

Promotor de Justiça ofereceu denúncia em face de Luiz, imputando-lhe a prática do crime de estelionato (*Pena: reclusão, de 01 a 05 anos, e multa*). Em que pese a pena mínima de um ano, deixou de oferecer proposta de suspensão condicional do processo, sob o fundamento de que deveriam ser observados os requisitos da suspensão condicional da pena e que Luiz responderia a três outras ações penais pela suposta prática de crimes contra o patrimônio. No momento de avaliar o recebimento da denúncia, o magistrado competente não concordou com o não oferecimento de proposta de suspensão condicional do processo.

Considerando as informações narradas, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o promotor de justiça, ao não oferecer o benefício despenalizador, está:

- (A) equivocado, já que somente o réu reincidente não faz jus ao benefício da suspensão condicional do processo, apesar de os requisitos da suspensão condicional da pena realmente terem de ser observados;
- (B) equivocado, pois os requisitos da suspensão condicional da pena não se confundem com os da suspensão condicional do processo e somente o réu tecnicamente reincidente não faz jus ao benefício;
- (C) correto, mas, discordando o magistrado, deverá este submeter a questão ao Procurador-Geral de Justiça, aplicando-se, por analogia, as previsões do art. 28 do CPP;
- (D) correto, mas, diante da discordância, o magistrado poderá oferecer diretamente a proposta de suspensão condicional do processo, já que se trata de direito subjetivo do réu;
- (E) correto e, ainda que o magistrado discorde, nada poderá ser feito, tendo em vista que o Ministério Público é o titular da iniciativa das ações penais públicas.

**90**

Analisar as situações a seguir.

I. Pedro, reincidente específico em crimes hediondos, foi condenado definitivamente pela nova prática de crime de estupro de vulnerável.

II. José, primário, foi condenado definitivamente pela prática do crime de associação para o tráfico.

III. Carlos, reincidente em razão de anterior punição pela prática do crime de furto, foi condenado definitivamente pela prática do crime de extorsão simples.

Com base nas informações expostas, em relação ao livramento condicional, é correto afirmar que:

- (A) Pedro terá direito ao benefício após cumprir mais de 2/3 da pena imposta, José após o cumprimento de mais de 1/3 da sanção aplicada, enquanto para Carlos será necessário o cumprimento de mais de metade da pena;
- (B) José terá direito ao benefício após cumprir mais de 2/3 da pena aplicada, e Carlos, após o cumprimento de mais de metade da sanção, enquanto Pedro não fará jus ao benefício;
- (C) José terá direito ao benefício após cumprir mais de 1/3 da pena aplicada, e Carlos, após o cumprimento de mais de metade da sanção, enquanto Pedro não fará jus ao benefício;
- (D) José terá direito ao benefício após cumprir mais de 2/3 da pena aplicada, e Carlos, após o cumprimento de mais de 1/3 da sanção, enquanto Pedro não fará jus ao benefício;
- (E) José e Pedro terão direito ao benefício após cumprimento de mais de 2/3 da pena aplicada, enquanto Carlos precisará cumprir mais de metade da pena imposta.



**91**

Tício, padrasto de Lourdes, criança de 11 anos de idade, praticou, mediante violência consistente em diversos socos no rosto, atos libidinosos diversos da conjunção carnal com sua enteada. A vítima contou o ocorrido à sua mãe, apresentando lesões no rosto, de modo que a genitora de Lourdes, de imediato, compareceu com a filha em sede policial e narrou o ocorrido.

Recebidos os autos do inquérito policial, o promotor de justiça com atribuição deverá oferecer denúncia imputando a Tício o crime de:

- (A) estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), podendo o emprego de violência real ser considerado na pena base para fins de aplicação da sanção penal, bem como cabendo reconhecimento da causa de aumento de pena pelo fato de o autor ser padrasto da ofendida;
- (B) estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), não podendo o emprego de violência real ser considerado na pena base por já funcionar como elementar do delito, mas cabendo reconhecimento da causa de aumento de pena pelo fato de o autor ser padrasto da ofendida;
- (C) estupro qualificado pela idade da vítima (art. 213, §1º do CP), diante da violência real empregada, de modo que a idade da vítima não poderá funcionar como agravante, apesar de presente a causa de aumento pelo fato de o autor ser padrasto da ofendida;
- (D) estupro simples (art. 213 do CP), diante da violência real empregada, funcionando a idade da vítima como agravante da pena, não havendo previsão de causa de aumento de pena, que somente seria aplicável se o autor fosse pai da ofendida;
- (E) estupro qualificado pela idade da vítima (art. 213, §1º do CP), sem causa de aumento por ser o autor padrasto da ofendida, diante da violência real empregada, podendo a idade da vítima funcionar também como agravante da pena.

**92**

No dia 3 de junho de 2019, Vitor, revoltado com a intenção de sua companheira Rosa de terminar o relacionamento, faz um grande buraco no quintal da residência e surpreende sua companheira com um forte golpe de pá na sua cabeça. Em seguida, apesar de saber que aquele golpe não seria suficiente para causar a morte de Rosa, a joga no interior do buraco, com a intenção de persistir nos golpes, causar sua morte e, em seguida, esconder o corpo. Ocorre que Rosa começa a chorar e implora para que Vitor pense na filha do casal. Vitor, então, cessa sua conduta, ajuda Rosa a sair do buraco e permite que ela vá se limpar, ocasião em que a vítima pula pela janela do banheiro e informa os fatos a policiais militares que passavam pela localidade. É constatada a existência de lesões de natureza leve na vítima.

Considerando apenas as informações expostas, a conduta de Vitor configura:

- (A) tentativa de homicídio qualificado por ser contra a mulher, por condição do sexo feminino;
- (B) lesão corporal qualificada por ser contra companheira, em razão do arrependimento eficaz;
- (C) lesão corporal qualificada por ser contra companheira, em razão da desistência voluntária;
- (D) fato atípico, em razão do arrependimento eficaz;
- (E) fato atípico, em razão da desistência voluntária.

**93**

Hugo estava em via pública com seu currículo na mão, considerando o fato de estar desempregado. Ao observar aquela situação, Carlos apresentou-se como funcionário da sociedade empresária que funcionava naquela rua e afirmou que teria um emprego para oferecer a Hugo. Para isso, Hugo precisaria inicialmente apresentar seus documentos. Posteriormente, Carlos solicitou que Hugo lhe entregasse seu aparelho de telefonia celular, afirmando que iria ao interior do estabelecimento comercial para registrar o wi-fi no aparelho. Hugo, então, entregou a Carlos seu celular e permitiu que ele fosse ao estabelecimento, combinando de aguardá-lo em via pública. Uma hora depois, entendendo que Carlos estava demorando, Hugo o procurou no estabelecimento, descobrindo que, na verdade, Carlos nunca trabalhara no local e que deixara a localidade na posse do seu telefone assim que o recebeu.

Os fatos são informados ao Ministério Público.

Com base apenas nas informações expostas, a conduta de Carlos condiz com a figura típica do crime de:

- (A) apropriação indébita majorada em razão do ofício, emprego ou profissão;
- (B) furto qualificado pelo emprego de fraude;
- (C) apropriação indébita simples;
- (D) furto simples;
- (E) estelionato.

**94**

Antony, estrangeiro que reside no Brasil há dois meses, inicia em seu quintal uma plantação de maconha, com a intenção de utilizar aquele material para fins medicinais, já que sua doença respiratória melhora com o uso da droga. Ao tomar conhecimento de que seu vizinho, João, possui a mesma doença, decide transportar o material até a residência de João, mas vem a ser abordado por policiais civis. Após denúncia pela prática do crime de tráfico, durante seu interrogatório, Antony esclarece que tinha conhecimento de que transportar maconha no Brasil era crime, mas acreditava na licitude de sua conduta diante da intenção de utilizar o material para fins medicinais, esclarecendo, ainda, que essa conduta seria válida em seu país de origem.

Com base apenas nas informações expostas, Antony agiu:

- (A) em erro de proibição, podendo gerar reconhecimento de causa de redução de pena ou afastamento da culpabilidade;
- (B) em erro de tipo, o que gera o reconhecimento de causa de diminuição de pena;
- (C) com desconhecimento da lei, o que não afasta a culpabilidade;
- (D) em erro de proibição, afastando a tipicidade da conduta;
- (E) em erro de tipo, afastando a tipicidade da conduta.

95

Durante execução penal, foi constatada, após regular procedimento administrativo, a prática de falta grave por parte do apenado Marcos, que cumpria sua pena em regime fechado. O promotor de justiça com atribuição, informado do fato, requereu ao juízo da execução a perda de parte dos dias remidos, além da interrupção da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e comutação de pena. O juízo deferiu apenas a perda de parte dos dias remidos, indeferindo o reinício da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e comutação de pena.

Intimado da decisão, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o promotor de justiça poderá apresentar recurso de agravo, que:

- (A) não permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de interrupção do prazo para obtenção de progressão de regime, mas não a decisão sobre o reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
- (B) permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de interrupção do prazo para obtenção de progressão de regime, mas não a decisão sobre o reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
- (C) não permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
- (D) permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de progressão de regime e do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção de comutação de pena;
- (E) permite juízo de retratação, questionando o não deferimento do pedido de reinício da contagem do prazo da comutação de pena, mas não do pedido de reinício da contagem do prazo para obtenção da progressão de regime.

96

Renato foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes conexos de lesão corporal seguida de morte (*Pena: reclusão, de 04 a 12 anos*), ocultação de cadáver (*Pena: reclusão, de 01 a 03 anos, e multa*) e dois delitos de furto qualificado em razão do rompimento de obstáculo (*Pena: reclusão, de 02 a 08 anos, e multa*). De acordo com as informações obtidas, na cidade de Niterói, Renato, mediante rompimento de obstáculo, subtraiu bens de duas residências, sem emprego de violência ou grave ameaça à pessoa. Já quando estava com os bens dentro de um caminhão, na cidade de São Gonçalo, veio a ser encontrado por uma das vítimas, iniciando-se uma discussão. Durante a discussão, Renato desferiu um golpe na cabeça da vítima, com intenção de lesioná-la, mas acabou por causar o resultado morte de maneira culposa. Temendo pelas consequências de seus atos, Renato enterrou o corpo da vítima em Itaboraí, evadindo-se, em seguida, para se esconder em sua residência, localizada em Silva Jardim. Ocorre que o autor do fato foi localizado e preso em flagrante por policiais, em Rio Bonito, antes de chegar em sua casa.

Considerando apenas as informações narradas, terá atribuição para oferecimento da denúncia de todos os crimes conexos pelos quais Renato foi indiciado, o promotor de justiça da comarca de:

- (A) Niterói;
- (B) São Gonçalo;
- (C) Itaboraí;
- (D) Rio Bonito;
- (E) Silva Jardim.

97

A Lei nº 12.850/13 trouxe inovações legislativas com grande repercussão e aplicabilidade ao Direito Penal pátrio. O novo diploma legal definiu o conceito de organização criminosa e disciplinou sobre a investigação criminal, meios de obtenção de prova, dentre outros aspectos relacionados à persecução penal das infrações penais praticadas no contexto de uma organização criminosa.

Sobre os aspectos materiais e processuais previstos na lei supramencionada, é correto afirmar que:

- (A) a tipificação do crime de organização criminosa, dentre outros requisitos, exige a intenção de obter vantagem de qualquer natureza através da prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos ou que sejam de caráter transnacional;
- (B) a conduta daquele que embaraça investigação de infração penal que envolva organização criminosa é tipificada na lei especial, porém com sanção penal mais branda do que a prevista para aquele que integra pessoalmente organização criminosa;
- (C) a participação de criança ou adolescente na organização criminosa justifica o reconhecimento do crime autônomo de corrupção de menores, mas não causa de aumento de pena sobre a sanção do crime de integrar organização criminosa;
- (D) a ação controlada é admitida nas investigações relacionadas a crimes de organização criminosa, devendo a medida, uma vez concretizada, ser posteriormente comunicada ao magistrado para controle sobre a legalidade do ocorrido;
- (E) a infiltração de agentes deve ser previamente comunicada ao juiz competente, mas não depende de anterior autorização judicial.



98

Através do oferecimento de denúncia, o Ministério Público inicia um processo em que se imputa a determinada pessoa um crime de ação penal pública.

Com base nas previsões do Código de Processo Penal, existem formalidades legais que devem ser observadas pelo Promotor de Justiça no momento de apresentar a inicial acusatória.

A denúncia deverá conter:

- (A) a classificação do crime, a qual não vincula o magistrado, que poderá dar nova classificação jurídica no momento da sentença com base em novos fatos descobertos durante a instrução, ainda que sem qualquer alteração da inicial acusatória;
- (B) a qualificação do acusado, mas, caso sua identificação através do nome seja desconhecida, poderão constar esclarecimentos pelos quais possa ser identificado, tornando certa a identidade física;
- (C) a exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, não podendo a agravante da reincidência ser reconhecida se não imputada na inicial acusatória;
- (D) a classificação do crime, que vinculará o magistrado no momento da sentença, ainda que não haja necessidade de alteração dos fatos narrados;
- (E) o rol de testemunhas, computando-se no limite máximo as testemunhas referidas.

99

Bartolomeu foi denunciado pela prática dos crimes de estupro (*Pena: reclusão, de 06 a 10 anos*) e corrupção de menores (*Pena: reclusão, de 01 a 04 anos*). Em primeira instância, Bartolomeu foi condenado nos termos da denúncia, sendo fixada a pena base em 07 anos do crime de estupro pelo grande trauma causado à vítima, que precisou de tratamento psicológico por anos. A defesa apresentou apelação e o Tribunal, por ocasião do julgamento, decidiu pela redução da pena base do crime de estupro para o mínimo legal, de maneira unânime. Bartolomeu foi, ainda, absolvido do crime de corrupção de menores por maioria de votos. No momento da publicação do acórdão, foi verificado que, apesar de constar que a sanção penal estava sendo acomodada no mínimo legal, foi fixada pena de 06 anos e 06 meses de reclusão em relação ao crime de estupro.

Considerando apenas as informações expostas, o Procurador de Justiça, ao ser intimado do teor do acórdão, poderá apresentar:

- (A) embargos de declaração e, após o esclarecimento, embargos infringentes para questionar apenas a redução da pena aplicada ao crime de estupro, mas não a absolvição do crime de corrupção de menores;
- (B) embargos de declaração e, após o esclarecimento, embargos infringentes para questionar apenas a absolvição do crime de corrupção de menores, mas não a redução da pena aplicada ao crime de estupro;
- (C) embargos de declaração e, após o esclarecimento, embargos infringentes para questionar a redução da pena aplicada ao crime de estupro e a absolvição do crime de corrupção de menores;
- (D) embargos de declaração, mas, mesmo após o esclarecimento, não poderá interpor embargos infringentes;
- (E) recurso especial, mas não embargos de declaração ou embargos infringentes.

100

Renato, Bruno e Diego praticaram diferentes crimes de roubo com emprego de armas brancas. Renato, no ano de 2017, foi condenado definitivamente pelo crime de roubo majorado pelo emprego de arma, pois, em 2015, teria, com grave ameaça exercida com emprego de faca, subtraído um celular. Bruno foi condenado, em primeira instância, em março de 2018, também pelo crime de roubo majorado pelo emprego de arma, já que teria utilizado um canivete para ameaçar a vítima e subtrair sua bolsa. A decisão ainda está pendente de confirmação diante de recurso do Ministério Público, apenas. Diego, por sua vez, responde à ação penal pela suposta prática de crime de roubo majorado pelo emprego de arma, que seria um martelo, por fatos que teriam ocorrido em fevereiro de 2018, estando o processo ainda em fase de instrução probatória. Ocorre que, em abril de 2018, entrou em vigor lei alterando o art. 157 do CP, sendo revogado o inciso I do parágrafo 2º, e passando a prever que apenas o crime de roubo com emprego de arma de fogo funcionaria como causa de aumento de pena.

Considerando apenas as informações expostas e que a inovação legislativa não teria inconstitucionalidades, as novas previsões:

- (A) seriam aplicáveis a Diego, que ainda não possui sentença condenatória em seu desfavor, com base no princípio da retroatividade da lei penal benéfica, mas não seriam aplicáveis a Renato e Bruno;
- (B) não seriam aplicáveis a Renato, que já possui condenação com trânsito em julgado, aplicando-se o princípio da irretroatividade da lei penal, mas deveriam ser aplicadas a Bruno e Diego;
- (C) não seriam aplicáveis a Renato, Bruno nem a Diego, já que os fatos imputados teriam ocorrido antes de sua entrada em vigor, aplicando-se o princípio da irretroatividade da lei penal;
- (D) seriam aplicáveis a Renato, Bruno e Diego, em razão do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica;
- (E) seriam aplicáveis apenas a Bruno e Diego, mas não a Renato, diante do princípio do *tempus regit actum*.

Realização

